

# JOGOS CAVALEIRESCOS NA CORTE DE AVIS: AS JUSTAS DO CASAMENTO DE D. ISABEL SEGUNDO O RELATO DA EMBAIXADA BORGUINHÃ AO REINO DE PORTUGAL, 1428-1429



## JEU DE CHEVALERIE À LA COUR D'AVIS: LA JOUTE DU MARIAGE DE D. ISABEL SELON LE RAPPORT DE L'AMBASSADE DE BORGUINHÃ AU ROYAUME DU PORTUGAL, 1428-1429

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA<sup>70</sup>

ELIELSON BRUNO FREITAS DA SILVA<sup>71</sup>

### Resumo

Ao final da Idade Média, torneios e justas passaram a ter características de espetáculo, com elementos de pompa e teatralização, e cariz menos violento. Do mesmo modo, torneios, justas e demais atividades do universo da cavalaria exerceram um crescente papel para a diplomacia do período, estabelecendo, celebrando e testemunhando alianças e amizades entre os poderes constituídos. O artigo analisa os jogos cavaleirescos e seus usos políticos pela dinastia de Avis, que entre o final do século XIV e o início do século XV utilizou amplamente o prestígio da cavalaria durante os festejos relacionados aos matrimônios. O artigo tem como base o casamento de D. Isabel de Portugal, com o duque Felipe, o Bom, da Borgonha, com festas que buscaram associar a imagem da dinastia avisina aos valores cavaleiresco como forma propagandística e de legitimação, projetando uma imagem calculada para os apoiadores e adversários.

**Palavras-chave:** Cavalaria; diplomacia; Portugal.

### Résumé

À la fin du Moyen Âge, les tournois et les joutes commencent à avoir les caractéristiques d'un spectacle, avec des éléments de faste et de théâtralité, et un caractère moins violent. De même, les tournois, joutes et autres activités relevant de l'univers chevaleresque jouèrent un rôle croissant dans la diplomatie de l'époque, établissant, célébrant et témoignant des alliances et des amitiés entre les puissances constituées. L'article analyse les jeux chevaleresques et leurs usages politiques par la dynastie Avis qui, entre la fin du XIVe siècle et le début du XVe siècle, a largement utilisé le prestige de la chevalerie lors des festivités liées aux mariages. L'article est basé sur le mariage de D. Isabel du Portugal, avec le duc Felipe, le Bon, de Bourgogne, avec des partis qui cherchaient à associer l'image de la dynastie Avisine aux valeurs chevaleresques comme forme de propagande et de légitimation, projetant un image calculée pour les supporters et les adversaires.

**Mots clés:** Cavalerie; diplomatie; Portugal.

<sup>70</sup> Doutor (2016) e Mestre (2012) em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bacharel e Licenciado em História (2009) pela UFF. Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), campus Santarém, na área de História Antiga e Medieval. E-mail: [dougmotahistoria@gmail.com](mailto:dougmotahistoria@gmail.com).

<sup>71</sup>Graduando em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: [freitasbruno7875@gmail.com](mailto:freitasbruno7875@gmail.com).



## Introdução

Os cavaleiros e a cavalaria medieval são objeto complexo, multifacetado e móvel, com uma polivalência que ultrapassa a experiência histórica da Europa medieval e reverbera na contemporaneidade. Em linhas gerais, entende-se que a cavalaria medieval surgiu num contexto histórico, político e social particular, por volta do ano mil, na Europa do século XI, especialmente na região norte e central do reino da França, expandindo-se, posteriormente, pela Cristandade. A cavalaria aparece, assim, como uma nova categoria da sociedade medieval, comumente caracterizada como feudal, que reunia especialistas do combate a cavalo, expressão da crescente militarização da sociedade do período. Gradativamente, essa corporação de guerreiros associou-se à aristocracia e acompanha-se a convergência entre os ideais cavaleirescos e cristãos, o que permitiu o estabelecimento de uma ética cristã para a cavalaria medieval. Entre os séculos XII e XIII, definiu-se o conjunto de valores cavaleirescos (destreza, lealdade, largueza e cortesia) veiculados pela literatura vulgar medieval, como as canções de gesta, poemas trovadorescos, romances da matéria da Bretanha, entre outros (DUBY, 1997, 2006).<sup>72</sup> Em síntese, segundo Georges Duby:

No século XIII, a cavalaria forma, em todo o Ocidente, um corpo muito bem delimitado, verdadeiramente colocado no centro do edifício social. Adotou a superioridade e a excelência outrora ligadas à noção de nobreza. Nela encarnam os valores chave de uma cultura (DUBY, 1989, p. 31).

Essa expansão sociopolítica e não menos semântica da cavalaria medieval permitiu que Miguel Aguiar a definisse em finais da Idade Média como um “sistema ideológico”, formado por um conjunto de ideias, princípios e convicções, assim como símbolos, práticas e rituais, todos articulados entre si e alimentando-se mutuamente. Para o historiador, esse sistema construiu-se em torno de uma série de valores relacionados à prática da guerra, estabelecida como privilégio aristocrático, fomentando: “uma série de

---

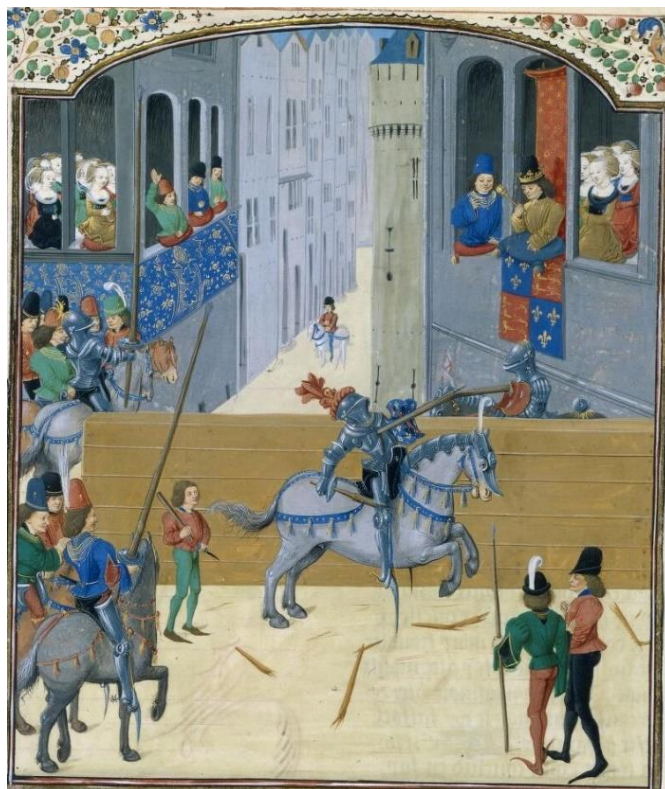
<sup>72</sup> Em que pese a importância da obra de Georges Duby e sua proposta acerca do surgimento da cavalaria medieval sintetizada no parágrafo e no verbete e na entrevista indicada, leitura que permanece hegemônica ao tratar da temática, ainda que com nuances entre autores; assinala-se que, ao menos desde a década de 1990, tal tese, comumente classificada como “mutacionista”, foi objeto de críticas pela corrente referenciada como “anti-mutacionista”. Dominique Barthélemy é o expoente dessa crítica, defendendo outras referências para a compreensão da cavalaria medieval, as quais, por exemplo, deslocam o foco analítico da França do ano mil para a Alemanha do baixo Império. Para as propostas do autor, ver: BARTHÉLEMY, Dominique. *La mutation de l’an mil a-t-elle eu lieu? Servage et chevalerie dans la France des Xe et Xie siècles*. Paris: Fayard, 1997; BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria*. Da Alemanha antiga à França do século XII. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010. Sobre a cavalaria medieval, ver ainda: KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven and London: Yale University Press, 1984; FLORI, Jean. *A cavalaria*. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2015.



práticas e rituais de cariz inicialmente marcial, mas que se foram impondo no espaço público como marcas identitárias e de passagem (a investidura) ou de encontro, exibição e, até, alguma rivalidade e competição (as justas e os torneios)” (AGUIAR, 2019).<sup>73</sup>

No presente artigo, o foco analítico são as atividades de exibição e competição desse universo cavaleiresco; assim, atentando aos torneios e às justas, sabe-se que os torneios começaram a ser registrados entre meados do século XI e o início do século XII, inicialmente como uma disputa entre dois ou mais grupos de guerreiros a cavalo armados de lanças, que podiam ser apoiados por centenas de outros participantes, com o intuito de capturar homens, armas e cavalos dos adversários. As justas, nesse cenário, correspondiam principalmente à competição individual entre dois cavaleiros, geralmente uma disputa a cavalo com lanças de vários metros ou a pé. A partir do século XIII, gradativamente esses feitos de armas foram regulados e, acompanhando a própria evolução do armamento defensivo, tornaram-se mais espetaculares, com elementos de pompa e teatralização, e menos violentos (MORSEL, 2002; BARTHÉLEMY, 2006; FLORI, 2015).

**Figura 1** - Justa de cavaleiros no século XIV



**Fonte:** Cavaleiros armados com lanças e a cavalo disputam uma justa perante o olhar dos expectadores.

<sup>73</sup> Ver ainda: AGUIAR, Miguel. **Cavaleiros e Cavalaria**. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV. Lisboa: Teodolito, 2018. Agradecemos o autor pela disponibilização dos referidos estudos para a composição da presente pesquisa.



Joute de Londres (1342). Jean de Wavrin, *Chroniques d'Angleterre*, f.58v, artiste non identifié, Bruges. Bibliothèque Nationale de France (BNF). Disponível em: <https://mandragore.bnf.fr/ark:/12148/cgfbt19175r>. Acesso em 25 jun. 2023.



Justas, torneios e feitos de armas estiveram associados ao cerimonial monárquico medieval, o qual se caracterizou por uma tendência crescente ao espetáculo nos últimos séculos da Idade Média. De acordo com Teófilo Ruiz, as festas da realeza constituíram uma dimensão de suma importância para as monarquias tardo medievais:

Imagens de poder e majestade eram promovidas por meio de celebrações e festas muito elaboradas, de torneios e de entradas cerimoniais nas cidades e vilas do reino. (...) As justas da época, com frequência um evento selvagem em si, mas onde a violência estava regulada, as festas cerimoniais que incluíam muitas vezes representações dramáticas com sugestivos *tableaux vivans* e maquinaria fantástica e as entradas solenes nas cidades, tudo isso constituía parte do terreno onde se criava e crescia a nova “religião da monarquia”, uma religião que se introduzia inexoravelmente através de valores laicos e espirituais em todo o Ocidente medieval. (...) Além disso, os símbolos e cores exibidos nesses eventos eram em si mensagens tão importantes quanto as próprias celebrações: essas mensagens às vezes não são fáceis de reconhecer ou explicar, mas desempenham um papel tão crucial na elaboração da imagem do rei assim como outros fatores muito mais bem estudados (RUIZ, 1988, p. 250, tradução livre).<sup>74</sup>

Na Península Ibérica medieval, em especial no reino de Portugal, justas e torneios, assim como outros elementos e símbolos do universo cavaleiresco, estiveram relacionados sobretudo a momentos de festas da monarquia, e essas, por seu turno, foram constantemente mobilizadas por motivos ligados à diplomacia, como os casamentos dos membros da família real. Os matrimônios reais constituíam momento privilegiado para a comunicação do rei com os súditos e para a construção da imagem externa do reino e da dinastia reinante, posto que costumeiramente envolviam a presença de comitivas de outros reinos e relatos acerca da embaixada e dos festejos (LIMA, 2016, p. 50).

A partir desses apontamentos introdutórios, o presente artigo propõe-se a analisar os festejos cavaleirescos na corte portuguesa de Avis. O artigo trata particularmente das justas realizadas em Lisboa para o casamento entre D. Isabel de Avis e Filipe, o Bom,

<sup>74</sup> Trecho original: “Las imágenes de poder y majestade eran promovidas por medio de celebraciones y de fiestas muy elaboradas, de torneos y tambien de entradas ceremoniales en las ciudades y pueblos del reino. (...) Las justas de la época, con frecuencia un evento salvaje en si mismo pero en el que la violencia estaba regulada, las fiestas ceremoniales que a menudo incluían representaciones dramáticas con sugestivos *tableaux vivans* y maquinaria fantástica y las entradas solemnes en las ciudades, todo eso constituía parte del caldo de cultivo donde se criaba y crecía la nueva “religión de la monarquia”, una religión que se introducía inexorablemente a través de valores laicos y espirituales en todo el occidente medieval. (...) Más aún, los símbolos y los colores que se exhibían en estos acontecimientos eran de por si mensajes tan importantes como las celebraciones mismas: estos mensajes, a veces, no son fáciles de reconocer ni de explicar y, sin embargo, juegan un papel tan crucial en la elaboración de la imagen del rey como otros factores mucho mejor estudiados”.



duque da Borgonha, descritos no relato da embaixada borguinhã de 1428-1429, e procura demonstrar aspectos da cavalaria portuguesa e seus usos políticos durante os festejos avisinios.

### **Festas, Cavalaria e Diplomacia**

No século XIII, teve início um processo longo e complexo de centralização do poder na figura do rei, que perpassou pelo fim dos sonhos imperiais que uniriam a cristandade em torno do sacro império e com o enraizamento e a incorporação da cavalaria como espada e escudo dos reinos (SILVA, 2021, p. 70)<sup>75</sup>. Como assinala Bernard Guenée (2006), nesse período os progressos do Estado deram nova aparência à corte e, se até então, a atmosfera cavaleiresca havia dominado as cortes, com o príncipe sendo o primeiro cavaleiro, a partir desse momento constata-se que: “[...] sem que a atmosfera cavalheiresca cessasse, era a sombra do príncipe que, cada vez mais, se impunha” (GUENÉE, 2006, p. 276).

Em meio a esse processo, é possível compreender que a corte régia e o conjunto da nobreza formavam uma “comunidade gestual” (SCHMITT, 1990, p. 19), com seus próprios signos de reconhecimento (nome, brasão, língua, emblemas), rituais e gestos distintivos. Por essa via interpretativa, ressalta-se a importância dos gestos como atos com uma função de comunicação, uma comunicação não verbal e, conseqüentemente, remete-se às características performativas destes eventos, com os diferentes usos do corpo, das palavras etc. Sons, cores, gestos e discursos são abundantes nas cerimônias medievais e evidenciam a forte presença da cultura cortesã e cavaleiresca nos festejos que, segundo definiu Miguel Ángel Ladero Quesada (2004, p. 79), constituíam festas políticas que incorporavam aos seus conteúdos específicos elementos das festas e jogos criados para alegrar outras ocasiões sociais de ócio, variando em espaços, ritmos, duração e participantes.

No caso português, diferentemente do que se observa além-Pirineus, a organização de justas e torneios ganhou maior relevo na associação com as cerimônias monárquicas empreendidas pela dinastia de Avis entre o final do século XIV e o século

---

<sup>75</sup> Podemos observar essa fusão no manual para cavaleiros de Ramón Llull, que escreveu durante o avanço da reconquista cristã na Península Ibérica: “Ofício de cavaleiro é manter e defender o seu senhor territorial, pois nem rei, nem, príncipe, nem alto barão poderão, sem ajuda, manter a justiça entre os seus vassallos. Por isso, se o povo ou algum homem se opõe aos mandamentos do rei ou do príncipe, devem os cavaleiros ajudar o seu senhor [...]”. LLULL, R. *Libro de la Orden de Caballería*. Madrid: BAC, 1948, p. 129 *apud* PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 101.



XV (AGUIAR, 2018, p. 180-181). A relação entre os membros da família real avisina e as práticas cavaleirescas pode ser representada por D. João I, primeiro rei da dinastia e autor do “Livro da Montaria”, por D. Duarte, herdeiro do trono e autor do “Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela”, por D. Pedro, Infante das Sete Partidas que lutou nas guerras contra os turcos no leste Europeu junto às tropas de Sigismundo e foi membro da ordem inglesa de cavalaria da Jarreteira, e por D. Henrique, aclamado pelos feitos cavaleirescos nos primórdios da expansão quatrocentista portuguesa. No entanto, no que se refere aos documentos, em terras lusitanas a descrição das justas e torneios depende, sobretudo, das fontes narrativas, como as crônicas e os relatos de embaixadas. De acordo com Miguel Aguiar, essa característica significa que:

[...] as justas e torneios a partir dos quais se criou alguma memória até hoje sobrevivente estavam associados a algum momento especialmente relevante ou excepcional, o que poderá ter contribuído para que viessem a ser marcados por uma maior exuberância. Desta forma, e também em face dos objetivos e mundividências dos autores dos relatos, há uma preocupação em detalhar a festa, a riqueza das cerimónias e o aparato que as rodeia (AGUIAR, 2018, p. 182).

Um dos momentos especiais que mais mobilizava a realização de justas e torneios era os casamentos e, para o século XV, dispõe-se de dois relatos de embaixadas, um sobre o matrimônio do duque Felipe, o Bom, da Borgonha, com D. Isabel de Avis, na década de 1420, e outro sobre os sponsais do imperador Frederico III com D. Leonor de Avis, na década de 1450.

Os festejos de casamento marcavam a conclusão de uma negociação bem-sucedida e ressaltavam uma ruptura nos acontecimentos do cotidiano. Essas festas públicas se tornavam um chamariz de atenção para toda a urbe, que se deslocava para participar do evento, e a nobreza se utilizava da aglomeração para exibir uma imagem calculada, que continha uma mensagem silenciosa para apoiadores e adversários. Essa mensagem mostrava poder e opulência, associava a nobreza a características valorosas vindas do imaginário da cavalaria e afirmava a posição do monarca no topo do estamento nobiliárquico.<sup>76</sup>

<sup>76</sup> Sobre o tema, Rosana Andrés Díaz assevera que: “A fiesta caballeresca es el reflejo de una sociedad y de unas intenciones políticas. El prestigio que proporcionan estos acontecimientos al que las ofrece y participa en ellas es incalculable; prestigio ante los individuos de la propia nobleza, pero sobre todo ante los ojos del pueblo que, igual que acata y aclama a su poderoso monarca en las «entradas» reales, se deslumbra ante el poderío, valor y destreza de la aristocracia”. ANDRÉS DÍAZ, Rosana. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. **En la España Medieval**, V, 1986, p. 82.



Os casamentos entre casas principescas eram uma forma de pacificação entre partes em guerra, de estabelecimento de alianças dinásticas e de transferência de bens e territórios, envolvendo questões como heranças, dotes, prestígio e a honra ligados ao sangue do esposo ou esposa pretendidos. Essas relações devem ser observadas como um meio para estabelecer uma “rede de amizade” e “solidariedade internacional”, sendo os embaixadores os sujeitos escolhidos para as tratativas diplomáticas. De acordo com Sébastien Nadot (2012), em meio a tais negociações matrimoniais, as justas e demais atividades do universo da cavalaria exerciam papel relevante para o estabelecimento de alianças e amizades, assim como para o recolhimento de informações sobre o estrangeiro e a afirmação do perfil cavaleiresco dos embaixadores. Para o autor, existia um: “[...] paralelismo espacial e temporal das festas cavaleirescas com as ações diplomáticas, bem como o jogo duplo de certos cavaleiros – justadores e diplomatas – indicaria que questões “internacionais” animavam as lições e as arquibancadas” (NADOT, 2012, p. 273, tradução livre).<sup>77</sup>

Nesse contexto, conforme Miguel Aguiar (2019), os elementos do sistema ideológico cavaleiresco se converteram num dos veículos primordiais para selar e demonstrar a amizade nas circunstâncias mais solenes da diplomacia, expressando que, nos séculos XIV e XV:

[...] a cavalaria era algo perfeitamente manipulável pelas monarquias e principados, podendo ser incluída sem surpresa ou inquietação nos momentos onde se celebrava e se dava testemunho público da existência de amizade entre poderes. Se, na sua essência, a cavalaria era uma ideologia marcial e competitiva, e por isso potencialmente disruptiva, a verdade é que se via cada vez mais controlada em favor de ideias de serviço ao rei e numa imagem dos cavaleiros enquanto guardiões e defensores do reino e do bem público – sempre, porém, pelo menos teoricamente, em estrita obediência à fonte do poder. Tudo isto dever-se-á, como vimos, ao papel crescente dos reis enquanto poderes centrais e árbitros da própria hierarquia social, mas também a uma já longa e altamente complexa tradição da Igreja e dos próprios fiéis em lidar com a interrogação de fundo e simultaneamente paradoxal sobre o papel da violência e da guerra na sociedade cristã (AGUIAR, 2019).

Tendo como base tais apontamentos, passamos à contextualização do casamento que motivou as festas cavaleirescas a serem analisadas.

### **Portugal, o ducado da Borgonha e a negociação do casamento de D. Isabel**

---

<sup>77</sup> Trecho original: “[...] parallèle spatial et temporel des fêtes chevaleresques avec des actions diplomatiques ainsi que le double jeu de certains chevaliers – jouteurs et diplomates – indiqueraient que des enjeux “intentionaux” animent les lices et les tribunes”.





A Dinastia de Avis ascendeu ao trono de Portugal num contexto de crise sucessória (1383-1385) e necessitou enfrentar os desafios representados pelos conflitos internos e externos e pelo espectro da ilegitimidade de D. João I. Dentre as medidas tomadas no intuito de afirmar, legitimar e consolidar a nova dinastia, destaca-se a diplomacia, representada por um conjunto de medidas políticas como o envio de embaixadas, a viagens de membros da família real pela Cristandade, as negociações de casamento, a assinatura de tratados e alianças etc. Nesse contexto, a política matrimonial foi, quiçá, um dos principais mecanismos para a criação e a consolidação de vínculos políticos externos (LIMA, 2014).

Em um período em que a diplomacia não era um apanágio do Estado, em que os embaixadores não tinham um ofício estabelecido, e que mesmo as alianças se caracterizavam por sua fragilidade e efemeridade, o estabelecimento de vínculos de parentesco apresentava-se como um importante mecanismo para a solidificação das alianças externas. Assim, D. João I, pai de oito filhos – seis homens e duas mulheres, dentre os quais dois naturais – conseguiu consorciar matrimonialmente seis descendentes, sendo que destes, quatro se casaram fora de Portugal. Como primeiro enlace, o rei português conseguiu o matrimônio de D. Beatriz, sua filha natural, na Inglaterra com o conde de Arudel (1405). Décadas depois, estabeleceu um duplo enlace com o reino de Aragão, casando o herdeiro, D. Duarte, e o secundogênito, o infante D. Pedro, com D. Leonor e D. Isabel, respectivamente. O último casamento realizado durante o reinado de D. João I foi exatamente o de D. Isabel, única filha legítima do monarca, e o processo de negociação desse enlace possibilitará observar a importância da aliança com a Borgonha para Portugal.

Uma possibilidade de casamento para D. Isabel esteve em pauta em inícios do século XV no projeto de consórcio da infanta com o rei de Castela, D. Juan II (LOPES, 1983, p. 446). Todavia, foi na Borgonha que o casamento de D. Isabel veio a realizar-se, num processo de negociação que se estendeu por quase sete anos. As relações entre Portugal e o ducado da Borgonha pautaram-se, em grande medida, nas questões econômicas, sendo conhecidos documentos acerca de salvo-condutos, privilégios comerciais e tratados de privilégios recíprocos entre as partes.<sup>78</sup> Com a morte de Filipe,

---

<sup>78</sup> Sobre a aliança comercial, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Relações históricas entre Portugal e a França (1431-1481)**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975; PAVIOT, Jacques. **Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)**. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.





o Temerário, em 1404, João sem Medo assumiu o ducado da Borgonha, intensificando a atividade diplomática com Portugal, principalmente em virtude da necessidade de conseguir homens de armas para o conflito com a França. Bruges se tornara um grande entreposto comercial para os mercadores lusitanos que atuavam com liberdade de navegação e comércio em toda a zona de Flandres. A morte de João sem Medo, em 1419, teve como consequência a aproximação entre seu sucessor, Filipe, o Bom, e o rei da Inglaterra, Henrique V, criando um cenário favorável aos portugueses que, em 20 de fevereiro de 1420, receberam a confirmação de concessões comerciais antigas.

Filipe, o Bom, era casado com Michelle de Valois, filha de Carlos VI, rei da França desde 1409, mas o casamento não produziu herdeiros e Michelle veio a óbito em julho de 1422. No período de viuvez, o duque recebeu presentes do rei português e uma embaixada lusitana com uma proposta de casamento entre Filipe e Isabel. Entre janeiro e fevereiro de 1424, Filipe, o Bom, levou o tema da aliança matrimonial com Portugal para discussão em assembleia e, sem assumir uma posição quanto às pretensões portuguesas, ainda foi novamente presenteado por enviados de D. João I (SERRÃO, 1975, p. 21-23; PAVIOT, 1995, p. 29, doc. 75-76, p. 195-197).

Todavia, a investida de Portugal não surtiu efeito e, em novembro de 1424, Filipe desposou Bonne de Artois, viúva do conde de Nevers, numa tentativa de reconciliação franco-borguinhã. O casamento teve uma curta duração, em virtude do falecimento da duquesa em setembro de 1425, também sem deixar herdeiros. Nesse cenário, em finais de 1425, o duque da Borgonha estava pela segunda vez viúvo e, embora a corte borguinhã fosse povoada por seus filhos naturais, que evidenciavam sua fama de *bon vivant* de ardente sangue flamenco (LACERDA, 2010), nenhum dos seus casamentos lhe concedeu um herdeiro legítimo. A ausência de um herdeiro era o motor de uma grande preocupação para os homens da época e, principalmente, de status como senhor de um ducado de tão grande importância, fazendo com que Filipe retornasse rapidamente ao mercado matrimonial.

Com as informações da viuvez do duque da Borgonha, D. João I enviou uma nova embaixada com o tema do casamento, mas Filipe optou por tentar o enlace com a princesa Leonor de Aragão, filha de Fernando de Antequera e irmã de D. Alfonso V, o Magnânimo, projeto matrimonial que não se concretizou. Frente ao impedimento aragonês, o duque Filipe direcionou sua busca a outro reino ibérico, o reino de Portugal, e à D. Isabel.



## A embaixada borguinhã de 1428-1429 e os jogos cavaleirescos

Desejoso da continuidade de sua dinastia, o duque da Borgonha, um dos homens mais poderosos de seu tempo, designou uma solene embaixada em 1428, liderada pelo senhor de Roubaix e de Herzele, *messire* Jean, com a finalidade de realizar uma união com a jovem casa real de Avis por meio do casamento com a infanta D. Isabel, quinta filha do rei de boa memória, D. João I, com a rainha Filipa de Lancaster. A comitiva foi formada pelos fiéis servidores do duque: *missier* Baudouin de Lannoy, chamado de *el Bègue*, cavaleiro, senhor de Molembais, governador de Lille; André de Toulangeon, escudeiro, senhor de Mornay, seus conselheiros e camareiros; mestre Gilles d'Escornaix, doutor em decretos e preboste de Harelbeque, conselheiro e auditor de petições do palácio ducal; o gentil homem chamado Baudouin d'Ongnies, escudeiro e administrador dos gastos da comitiva; e o renomado pintor Jan van Eick, responsável por ilustrar a infanta portuguesa em um retrato de meio corpo.

O texto que narra a embaixada é conhecido como *Voyage de Jehan Van-Eick* (1428-1429), um relato de autor anônimo que trata da comitiva borguinhã enviada pelo duque da Borgonha para negociar o casamento com D. Isabel, filha dos reis de Portugal, e avança até a celebração do matrimônio nas terras do ducado, festas celebrizadas pela fundação da Ordem do Tosão de Ouro. Trata-se de um informe apresentado em 1430 pelos embaixadores ao duque de Borgonha e sua administração, posteriormente copiado, o que explica o título *Copie du verbal du voyage de Portugal qui se feist de par feu monseigneur le bon duc Phelippe de Bourgoingne*. O manuscrito, escrito em francês médio, a língua utilizada preferencialmente pela administração borguinhã, encontra-se conservado em Bruxelas, nos Arquivos do Estado na Bélgica.<sup>79</sup>

Em 19 de outubro de 1428 os embaixadores partiram do porto de Sluis, na região de Flandres, em navios venezianos. Após uma longa viagem que passou pela Inglaterra e atravessou o Golfo da Biscaia, a comitiva aportou em Baiona, na região da Galícia, no

<sup>79</sup> A narrativa foi publicada por Louis Prosper Gauchard na *Collection de documents inédits concernant l'histoire de la Belgique* (1834), sob o título de *Relation de l'ambassade envoyée par Philippe-le-Bon en Portugal...* Com base no trabalho de Gauchard, novas publicações da fonte foram produzidas, como a edição de Joaquim de Vasconcelos, publicada em francês e castelhano, em 1897, e as edições em francês de Jacques Paviot (1995) e Oliveira Marques (1999). Ainda no século XIX, Visconde de Santarém publicou a narrativa de viagem em português, pautando-se numa cópia reduzida castelhana do texto, escrita no século XVI e conservada na Biblioteca Nacional de Paris. Recentemente, Manuel López de Corselas empreendeu o resgate do manuscrito quatrocentista belga – considerado perdido até então – e publicou edição crítica das diferentes tradições manuscritas do relato de viagem, publicação usada no presente artigo (LÓPEZ DE CORSELAS, Manuel Parada. **El viaje de Jan van Eyck de Flandres a Granada (1428-1429)**. Madrid: La Érgastula, 2016).



dia 11 de novembro, e depois viajou até Cascais, vila que fica a seis léguas de distância de Lisboa, aonde chegaram em 18 de dezembro. Os enviados diplomáticos não encontraram o rei e a corte na urbe lisboeta, posto que estavam na cidade de Estremoz, sendo necessário que o rei de armas Flandres se dirigisse até o monarca a fim de apresentar as cartas que explicavam a embaixada e organizar a recepção aos embaixadores. O rei português encaminhou correspondências pedindo que a comitiva fosse até ele, providenciando para isso cavalos para o transporte. Contudo, no caminho até Estremoz os embaixadores foram comunicados de que deviam aguardar em Arraiolos até 12 de janeiro em virtude de novo deslocamento do monarca.

Na vila de Avis, em 13 de janeiro de 1429, a comitiva finalmente encontrou o monarca português onde se prostraram e fizeram súplicas e reverências comuns nas tratativas diplomáticas. Diante da corte os embaixadores apresentaram a intenção da tão nobre visita, que causou profunda alegria<sup>80</sup> (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 120). Os infantes príncipes descendentes de D. João I se debruçaram sobre a condução da negociação do matrimônio e, após meses de negociações, os acordos do casamento foram definidos. O contrato da união entre os reinos foi reconhecido e assinado perante a um notário em Lisboa, no dia 24 de julho de 1429. No dia seguinte, um domingo, o tão aguardado casamento foi realizado pela manhã, no castelo do rei, com o líder da comitiva de embaixadores como representante e procurador do duque da Borgonha sendo responsável por receber a princesa portuguesa como esposa. O matrimônio entre D. Isabel e D. Felipe foi um dos grandes acontecimentos da década de 1420 e um importante passo na afirmação e legitimação da jovem dinastia avisina no cenário europeu.

Dentre os termos acordados entre as partes, ficou decidido que a princesa devia embarcar até meados de setembro para viver junto de seu marido na Borgonha, e com a aproximação da data da viagem, o irmão de Isabel, D. Duarte, futuro rei português, organizou uma grande celebração que teve uma dupla função: celebrar a partida da dama e promover a comunicação do rei com os súditos, construindo assim a imagem da casa real, ligando-a à opulência e à mentalidade cavaleiresca. Os festejos se seguiram durante três dias do mês de setembro e contaram com banquetes, músicas e justas, com um forte componente público e propagandístico (MELLO, 2007, p. 13). Esse foi o casamento que gerou mais despesas para o cofre português entre os reinados de D. João I e de D. Afonso V (LIMA, 2016, p. 221).

---

<sup>80</sup> “(...) y les hizo hazer grande y alegre recebimento”.



Em 26 de setembro preparou-se um grande jantar na “*sala de las galeras*” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173), com a presença do rei português, dos infantes, dos embaixadores borguinhões e de nobres, damas, cavaleiros e importantes membros da corte portuguesa. A sala no palácio real foi enfeitada com tapeçarias em suas laterais e na parte superior com tecidos em cores diversas. Seus pilares se encontravam ricamente decorados e a sala foi generosamente iluminada por meio de tochas e luminárias de cera, garantindo uma visão bastante clara do espetáculo promovido pela dinastia avisina em todo seu resplendor.

Para acomodar os convidados várias mesas foram distribuídas pelo local, estando as mesas “*bien montadas y cubiertas de muy bello lino*” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 173), e suas disposições estavam postas estrategicamente a favor do destaque da mesa do rei D. João I, que se posicionava à frente, em uma posição mais elevada e de proeminência. A mesa do monarca estava com um belo pano de ouro, a moda dossel, e à frente da mesa foi construído um tablado para os reis de armas e arautos. Outro tablado foi colocado na entrada da sala, onde ficaram os trompetistas e menestréis, que garantiam os prazeres musicais do festejo. Ao lado direito do rei, estava D. Isabel e o líder da embaixada, *messire* Jean, que representava o duque Filipe. Do lado esquerdo, estavam as mulheres dos infantes D. Pedro e D. João, mas a mulher do príncipe herdeiro D. Duarte, D. Leonor de Aragão, que se encontrava muito perto de dar à luz, não se encontrava na ilustre mesa junto aos demais. Os membros restantes da comitiva de embaixadores se posicionaram em outras mesas, onde degustaram as mais diversas iguarias.

Em certo momento do jantar, cavaleiros e gentis homens armados e equipados como se fossem justar se apresentaram a cavalo passando por entre as mesas da sala e se prostraram diante do rei, onde entregavam uma carta presa a sua lança para um dos convidados seletos. Na carta continha a apresentação do sujeito e o local de onde vinha, assim como seu desejo por aventuras. Uma clara demonstração da mentalidade cavaleiresca e dos rituais da nobreza, que tinham o simbolismo como um ponto nevrálgico. Segundo Ricardo da Costa, a imagética do cavalo e da lança não podem ser desprezadas, e apresentam mensagens implícitas: a lança simboliza a verdade, a luta contra a mentira, que vai contra a honra e a moral do cavaleiro, enquanto o cavalo representa a altivez, e a nobreza do homem que está acima dos demais (COSTA, 1997).

Um dos cavaleiros, ao se apresentar, afirmou ter vindo dos desertos das Índias, outro, do Paraíso Terrestre, e um disse ter vindo do mar, todos corajosos guerreiros que tinham ouvido falar da grande festa e se deslocaram de suas longínquas comarcas para



justar perante a corte portuguesa. Após ler a carta, a dama ou o nobre respondeu a solicitação através de um arauto que disse: “*Caballero, o señor, vos seréis satisfecho*” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 174); e, então, perante os nobres, o cavaleiro se prostrava como anteriormente e se retirava deslizando pela sala em seu cavalo, contemplado pelos olhos dos convidados.

Além dos elementos cerimoniais da apresentação dos cavaleiros, as vestimentas dos guerreiros também chamaram a atenção dos membros da embaixada, que as descreveram no relato da embaixada da seguinte maneira:

Ele e seu cavalo inteiramente cobertos de espinhos, como um porco-espinho; O outro veio acompanhado de sete planetas, cada um graciosamente representado segundo suas propriedades, muitos outros vieram graciosamente enfeitados e com moedas, cada um de acordo com sua vontade (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 174, tradução livre).<sup>81</sup>

Após a apresentação dos cavaleiros, D. Duarte e D. Isabel exibiram os prêmios que se destinariam para o melhor justador do primeiro e do segundo dia de desafios que dariam continuidade ao grande festejo em homenagem a partida da princesa. A saber, a premiação para o melhor justador do primeiro dia seria uma rica taça, enquanto o melhor justador do segundo dia ganharia um rico diamante, que infelizmente não temos maiores detalhes sobre suas características.

Com o tardar da hora, o jantar foi encerrado e os nobres e as damas partiram para suas casas sem dançar, mas certamente ansiosos para a continuidade do evento que viria no dia seguinte, desta vez não mais no palácio, mas na rua nova em Lisboa, um importante local público para grandes festividades, que ganhou espaço nos escritos de Rui de Pina por se tratar de uma das “*obras, e cousas notaveis*” (PINA, 1997, p. 82) construídas sob a governança do monarca D. Dinis. A rua foi coberta com uma grande quantidade de areia e foi construída uma paliçada para a justa, que estava decorada com panos de lã azuis e roxos. Um espetáculo para todos os moradores da cidade.

Os cavaleiros compareceram muito bem-vestidos, alguns com panos de ouro, outros com tecidos de prata, ou tecidos de seda, ricamente bordados, e armados para os jogos que viriam a seguir. Enquanto isso, a plateia observava das janelas e pelas ruas os cavaleiros demonstrarem suas habilidades com a lança e o cavalo, e suas qualidades de

---

<sup>81</sup> Trecho original: “Él y su caballo todo cobierto de espinhas, como de un puercoespín; outro que vino acompañado de siete planetas, cada uno graciosamente representado según su propiedad; otros muchos vinieron graciosamente aderezados y con divisas, cada uno según su voluntad.”



coragem e distinção, reafirmando-se como uma classe social superior, que seria o escudo e a espada da sociedade contra possíveis inimigos (ANDRÉS DÍAZ, 1986).

O relato dos embaixadores é lacônico ao discorrer sobre como ocorreram as justas, e não descreve equipamentos utilizados nos jogos, as regras, a reação dos observadores ao grande evento, ou os nomes dos melhores cavaleiros dos dois dias de torneios. E o relato apenas encerra a descrição dizendo: “justaram bem e amplamente diante do rei e dos senhores y damas [...] e igualmente se fizeram outras justas belas e solenes no dia seguinte, 28 do já mencionado mês de setembro” (LÓPEZ DE CORSELAS, 2016, p. 175).

### **Considerações finais**

Compreende-se que mais do que homens armados e guerreiros montados em cavalos, a cavalaria foi um conjunto de valores muito estimado durante a Idade Média, que teve sua gênese na atual França e, posteriormente, irradiou-se por toda a Europa, chegando tardiamente em Portugal. Suas aparições nas formas de torneios, justas e outras atividades cavaleirescas durante os festejos matrimoniais proporcionavam enorme prestígio aos monarcas, que se beneficiavam desses elementos simbólicos que ligavam as dinastias reinantes a princípios cavaleirescos da destreza, lealdade, largueza e cortesia.

Em Portugal, o sistema ideológico da cavalaria foi amplamente utilizado como forma de afirmação e legitimação pela jovem dinastia de Avis, que devido à bastardia de D. João I, necessitou criar uma aura idealizada para sua governança, aproximando-se dos elementos idealizados da cavalaria como forma de afirmar sua posição como monarca no topo do estamento nobiliárquico e desencorajar qualquer pretendente concorrente à coroa lusitana.

O relato da embaixada borguinhã atesta a importância da aliança matrimonial tanto para os monarcas de Avis quanto para o ducado da Borgonha, ressaltando o papel exercido pelos jogos cavaleirescos em meio às cerimônias realizadas. Tais atividades foram responsáveis pela veiculação da imagem externa da dinastia, uma imagem de espetáculo, largueza e benevolência, assim como para assegurar o acordo diplomático e linhagístico. A descrição da embaixada evidencia ainda o vigor da cavalaria enquanto sistema ideológico no alvorecer do mundo moderno, ao passo que expressa a centralidade do universo cavaleiresco no processo de gênese do Estado moderno.



Data de Submissão: 22/04/2023

Data de Aceite: 25/06/2023

### Referências

AGUIAR, Miguel. **Cavaleiros e Cavalaria**. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV. Lisboa: Teodolito, 2018.

AGUIAR, Miguel. Cavalaria, Diplomacia e “Relações Internacionais”: o caso de Portugal nos séculos XIV e XV. *In*: GARCÍA ISAAC, José Marcos; CHELLE ORTEGA, José Antonio; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). **Guerra y Diplomacia en la Península Ibérica (1369-1474)**. Madrid, Ediciones de La Ergástula, 2019.

ANDRÉS DÍAZ, Rosana. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. **En la España Medieval**, V, p. 81-107, 1986.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria**. Da Germânia antiga à França do século XII. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

BARTHÉLEMY, Dominique. La grande foire des tournois. *In*: CONTAMINE, Philippe (org.). **Les chevaliers**. Paris: Tallandier, 2006, p. 111-124.

BARTHÉLEMY, Dominique. **La mutation de l’an mil a-t-elle eu lieu?** Servage et chevalerie dans la France des Xe et Xie siècles. Paris: Fayard, 1997.

COSTA, Ricardo da. Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o Libro dei Orden de Caballería. **Revista Medievalia**: textos e estudos, Porto, v. 11-12, p. 231-252, 1997.

DUBY, Georges. Chevalerie. *In*: **Dictionnaire du Moyen Âge**. Histoire et société. Paris: Albin Michel, 1997, p. 229-233.

DUBY, Georges. Entretien “Un modèle de perfection virile”. *In*: CONTAMINE, Philippe (éd.). **Les chevaliers**. Paris: Tallandier, 2006, p. 19-27.

DUBY, Georges. As origens da cavalaria. *In*: **A sociedade cavaleiresca**. Lisboa: Teorema, 1989, p. 31-50.

FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2015.

GUENÉE, Bernard. Corte. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (dir.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2006, v.1, p. 269-236.

KEEN, Maurice. **Chivalry**. New Haven and London: Yale University Press, 1984.

LACERDA, Daniel. **Isabel de Portugal**: Duquesa de Borgonha. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Las fiestas en la cultura medieval**. Barcelona: Areté, 2004.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)**. 2016, 438 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Rio de Janeiro, Niterói, 2016.





LIMA, Douglas Mota Xavier de. A política matrimonial de D. João I: um instrumento de afirmação dinástica. Portugal, 1387-1430. **Revista Roda da Fortuna**, Barcelona, v. 3, n. 2, p. 191-209, 2014.

MELLO, Ieda Avênia de. **Rituais e Cerimônias Régias da Dinastia de Avis: Pacto E Conflito na Entronização de D. João II (Portugal - 1438 A 1495)**. 2007, 216 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Niterói, 2007.

MORSEL, Joseph. Tournoi. *In: GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dir.). Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002. p.1398-1399.

PAVIOT, Jacques. **Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)**. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

RUIZ, Teófilo F. Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428. *In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ambito ediciones, 1988.

SCHMITT, Jean-Claude. **La raison des gestes dans l'occident médiéval**. Paris: Gallimard, 1990.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Relações históricas entre Portugal e a França (1431-1481)**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

### Fontes

LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 2 volumes, 1983.

LÓPEZ DE CORSELAS, Manuel Parada. **El viaje de Jan van Eyck de Flandres a Granada (1428-1429)**. Madrid: La Érgastula, 2016.

PINA, Rui de. Chronica del rey D. Diniz, sexto de Portugal. *In: Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão, 1977.